

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 437/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 143/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, com sede à Avenida Caetano Marinho nº 306, Centro, CEP 35.430-001, Ponte Nova/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.804.149/0001-29, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Wagner Mol Guimarães, brasileiro, casado, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo licitatório nº 143/2024 - Pregão n.º 073/2024, RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 12.872/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente ata o registro dos preços abaixo descritos, referente a aquisição/contratação de medicamentos.
- 1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

DROGAFONTE LTDA, CNPJ:08.778.201/0001-26, BR 101, Norte, s/n, km 56.6, Jardim Paulista – CEP:53.409-260 – Paulista/PE. Telefone: 81- 2102-1819 – E-mail: pregaoeletronico@drogafonte.com.br. Representada Pelo Srª Maria Emília De Souza Ferraz, (Representante Legal).

iviaria	Lillilla De Souza i ellaz, (Nepresella	ante Legai).				
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO	PRATI DONAD	40.000,0000	CO	0,1529	6.116,0000
07	ACIDO FOLINICO 15MG	HIPOLABOR- M	3.000,0000	CO	2,1879	6.563,7000
10	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML	HIPOLABOR- M	3.000,0000	FR	5,7618	17.285,4000
20	AMINOFILINA 24MG/ML	HIPOLABOR- M	500,0000	AMPOLA	2,8424	1.421,2000
41	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 250ML	HYPOFARMA- M	300,0000	FR	19,0000	5.700,0000
50	CARBAMAZEPINA 200MG	HIPOLABOR- M	450.000,0000	CO	0,1460	65.700,0000
51	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML XAROPE	HIPOLABOR- M	2.000,0000	FR	6,6330	13.266,0000
65	CETOPROFENO 100MG/2ML	HIPOLABOR- M	2.500,0000	AMPOLA	1,2315	3.078,7500
88	COMPLEXO B INJETAVEL	HYPOFARMA- M	2.500,0000	AMPOLA	1,0200	2.550,0000
96	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	GEOLAB-GO	35.000,0000	UN	0,0360	1.260,0000
100	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML	FARMACE-CE	4.000,0000	AMPOLA	0,7100	2.840,0000
101	DICLOFENACO SODICO 50 MG	GEOLAB-GO	30.000,0000	CO	0,0440	1.320,0000
125	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO	CRISTALIA-S	130.000,0000	CO	0,1200	15.600,0000
132	FLUCONAZOL 150MG CAPSULA	BELFAR	15.000,0000	CP	0,4369	6.553,5000
151	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	MEDQUIMICA	800.000,0000	CO	0,0180	14.400,0000

JEA ICP Brasil

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/2122-009F-D09B-946E e informe o código 2122-009F-D09B-946E





160	Ibuprofeno 100mg/ml Fr 20ml	GEOLAB-GO	5.000,0000	FR	1,9349	9.674,5000
	gotas					
179	LIDOCAINA 2% 20ML SEM VASO	HIPOLABOR-	1.000,0000	FR	4,0423	4.042,3000
	FRASCO 20ML	М	·		,	,
182	LORATADINA 10MG COMP.	GEOLAB-GO	100.000,0000	CO	0,0570	5.700,0000
221	NORESTISTERONA+ESTRADIOL	CIFARMA-GO	3.000,0000	UN	10,2006	30.601,8000
	5+50MCG SERINGA					
	PREENCHIDA					
235	PERMETRINA 50 MG/ML LOÇÃO	NATIVITA	800,0000	FR	2,6649	2.131,9200
VALC	R\$ 215.805,07					
centa						

### 2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 2.1.Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
- 2.2. Conforme Portaria nº 185/2024, fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:
- a) Fiscal: Daniel da Silva Boroni danielboroni@gmail.com 31 3817 1995;
   Veronica Lopes Granato- farmaciaintegradapno@gmail.com 31 3817 1995
- b) Gestor: Gerson Moreira Barbosa, gerson farma@yahoo.com.br 31 3817 1995

#### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos Decretos nº 12.872/2023 e 13.273/2023.
- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133, de 2021.







#### 5. RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 5.1. O Fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado à Prefeitura Municipal, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura Municipal, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 5.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Prefeitura Municipal, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo Fornecedor, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.
- 5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura Municipal, este comunicará ao Fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à Prefeitura Municipal a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não o eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula.
- 5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo Fornecedor, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Prefeitura Municipal, mediante a adoção das seguintes providências:
- a) dedução de créditos do Fornecedor;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura Municipal.

#### 6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.2. decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 6.1.3. resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula dereajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.







- 6.2.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.2.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do 6.2.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 6.2.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.2.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.
- 6.3. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.3.1. Para fins do disposto no subitem acima, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 6.3.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 6.3.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 6.3.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 6.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo N





- II não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. No caso do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisãofundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por decisão do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
  - I por razão de interesse público; ou
  - II a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

#### 8. DAS PENALIDADES E RESCISÃO

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

#### 9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, nos termos do art. 24, do Decreto Municipal nº 12.872/2023.
- 9.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

  Ata nº437-2024 PRC143-2024 DROGAFONTE LTDA........Página 5 | 6

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/2122-009F-906E e informe o código 2122-009F-946E



#### 10. DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Ponte Nova, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente termo e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ponte Nova, 13 de dezembro de 2024.

Wagner Mol Guimarães Prefeito Municipal

Maria Emília De Souza Ferraz Representante Legal DROGAFONTE LTDA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/2122-009F-946E e informe o código 2122-009F-946E Assinado por 1 pessoa: MARIA EMILIA DE SOUZA FERRAZ



### VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2122-009F-D09B-946E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA EMILIA DE SOUZA FERRAZ (CPF 056.XXX.XXX-67) em 17/12/2024 16:23:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/2122-009F-D09B-946E